



Tribunal da Relação de Évora

Tel.: 266758800 – Fax: 266746853 – Mail: correio@evora.tr.mj.pt

PALÁCIO BARAHONA

Rua da República, n.º 141 a 143 * 7004-501 ÉVORA

Apelação nº 1312/08.3

ACORDAM OS JUÍZES DA SECÇÃO CÍVEL DO TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE ÉVORA

AUDIOGEST – ASSOCIAÇÃO PARA A GESTÃO E DISTRIBUIÇÃO DE DIREITOS, e GDA – COOPERATIVA DE GESTÃO DOS DIREITOS DOS ARTISTAS INTERPRETES E EXECUTANTES, C.R.L., sedeadas em Lisboa, instauraram a presente acção declarativa com processo sumário, no **Tribunal Judicial da Comarca de Lagos (2º Juízo)** contra **[REDACTED]**, sedeadada em Lagos articulando factos tendentes a concluir por peticionarem a condenação desta no pagamento de 1028, 52 euros referente a remuneração em contrapartida de licenciamento e, bem assim, juros de mora vincendos, e ainda, uma indemnização no montante de 5000 euros a título de danos não patrimoniais, bem como, a pagar a quantia diária de 30 euros a título de sanção pecuniária compulsória pelo atraso da prática de facto positivo pela ré.



S. R.

Tribunal da Relação de Évora

Tel.: 266758800 – Fax: 266746853 – Mail: correio@evora.tr.mj.pt

PALÁCIO BARAHONA

Rua da República, n.º 141 a 143 * 7004-501 ÉVORA

164

Regularmente citada a ré não deduziu oposição.

O julgador *a quo*, em face da não contestação, considerou confessados os factos articulados pelas autoras e aderiu aos fundamentos de facto e de direito apresentados por estas tendo decidido julgar a acção procedente e, consequentemente:

“A) condeno a ré no pagamento de 1028, 52 euros e bem assim juros de mora vincendos;

B) condeno a ré a pagar uma indemnização às autoras no montante de 5000 euros a titulo de indemnização;

C) condeno a ré a pagar a quantia diária de 30 euros a titulo de sanção pecuniária compulsória pelo atraso da prática de facto positivo da ré.”

**

Desta decisão foi interposto o presente recurso de apelação no qual se requer que seja dado provimento ao mesmo, terminando a recorrente por formular as seguintes **conclusões**:

“a) A Recorrente devido a lapsos administrativos não contestou em tempo a acção contra si interposta,

b) Na ausência de Contestação entendeu o tribunal *a quo* aderir integralmente ao pedido formulado pelas Recorridas e consequentemente condenar a Recorrente no pedido;

c) A Recorrente desconhece se em Agosto de 2007, mais concretamente em 17 de Agosto de 2007, os artistas Bob Sinclair e Moloko eram associados das Recorridas;



S. R.

Tribunal da Relação de Évora

Tel.: 266758800 – Fax: 266746853 – Mail: correio@evora.tr.mj.pt

PALÁCIO BARAHONA

Rua da República, n.º 141 a 143 * 7004-501 ÉVORA

d) *Impugnado o conteúdo de tal documento e a constatação que dele se pretende extrair, desconhece-se qual a qualidade em que as Recorridas actuavam em Agosto de 2007;*

e) *Ao não ter sido produzida qualquer prova do mesmo encontra-se verificada e consumada a ilegitimidade das Recorridas;*

f) *A ilegitimidade é uma excepção dilatória - alínea e) do art. 494º do Código de Processo Civil.*

g) *As excepções dilatórias conduzem à absolvição da instância — n.º 2 do art. 493º do Código de Processo Civil -, o que se alega para todos os efeitos legais.*

h) *As excepções Dilatórias são do conhecimento oficioso art. 495º do Código de Processo Civil , o que não se verificou*

i) *Logo deveria o Tribunal “a quo” ter verificado a mesma e consequentemente Absolver a Recorrente da Instancia, o que ora se requer;*

j) *Em contrapartida e se assim não se entendesse uma vez que as Recorridas não fizeram qualquer prova dos factos por si alegados, refugiando-se em circunstâncias genéricas sem qualquer nexó com os factos peticionados, não poderia haver outra solução que não a de absolver a Recorrente do pedido.*

k) *As Recorridas não provaram que no dia e hora referido// de Agosto de 2007, tenham procedido a qualquer acção de vigilância nas instalações propriedade da Recorrente;*

l) *Não existindo qualquer gravação de som ou imagem que o fundamente;*



Tribunal da Relação de Évora

Tel.: 266758800 – Fax: 266746853 – Mail: correio@evora.tr.mj.pt

PALÁCIO BARAHONA

Rua da República, n.º 141 a 143 * 7004-501 ÉVORA

M

m) Não existe assim qualquer prova nos autos que no dia referido tenha sido passada qualquer reprodução de fonogramas de “Bob Sinclir e Moloko” ou mesmo qualquer outro;

n) Não foi assim produzida qualquer prova ou feita qualquer alegação pelas Recorridas que fundamente a lesão de um qualquer direito e consequentemente justifique um qualquer direito a uma indemnização seja ela de que valor fôr nomeadamente os € 5.000,00

o) Não foi igualmente produzida e ou provada qualquer facto que justifique ou alicerce uma sanção pecuniária compulsória pelo atraso no pagamento do alegado licenciamento, como a que foi arbitrada;

p) Encontra-se igualmente provado com a junção dos documentos que a Recorrente, tem reiteradamente liquidado as taxas e licenciamentos pelo uso que dá com a musica ambiente e alguns espectáculos de variedades no exercício da sua actividade principal de hotelaria,

q) Licenças essas que no ano de 2007 importaram em € 5.463,70 e que no entender da SPA, abrangiam a utilização que a Recorrente dava;

r) Não tem a Recorrente nem qualquer outra pessoa jurídica obrigação jurídica de pagar em duplicado qualquer bem usa;

s) A Recorrente não é como se alegou pelas Recorridas uma entidade que através de uma omissão concertada se furta ao pagamento dos direitos de autor e conexos devidos a terceiros;

t) A Recorrente é uma entidade responsável e imbuída de boa fé que honra todos os seus compromissos legais e financeiros;



S. R.

Tribunal da Relação de Évora

Tel.: 266758800 – Fax: 266746853 – Mail: correio@evora.tr.mj.pt

PALÁCIO BARAHONA

Rua da República, n.º 141 a 143 * 7004-501 ÉVORA

4

u) A presente acção deverá ser julgada em sede recurso improcedente, por não provada, absolvendo-se a Recorrente da instância ou caso assim se não entenda dos pedidos contra si formulados.”

**

As autoras contra alegaram pugnando pela manutenção do julgado.

**

Apreciando e decidindo

Tudo visto e analisado, tendo por base as provas existentes e em atenção o direito aplicável, cumpre decidir, sendo certo que o objecto do recurso se acha delimitado pelas conclusões das respectivas alegações, sem prejuízo daquelas cujo conhecimento é oficioso - disposições combinadas dos artºs 660º n.º 2, 661º, 664º, 684º n.º 3 e 690º todos do Cód. Proc. Civil.

Assim, a questões essenciais que importa apreciar, resumem-se em saber se:

1ª Se verifica uma situação de ilegitimidade das autoras;

2ª Se em face da matéria de facto apurada, deve, no âmbito do direito aplicável, ser às recorridas reconhecido o direito ao peticionado, tal como o entendeu o Julgador a quo.

Antes da abordagem das questões, cada uma de *per si*, caberá salientar que ao contrário do que pretende fazer crer a recorrente, os factos articulados, pelas



Tribunal da Relação de Évora

Tel.: 266758800 – Fax: 266746853 – Mail: correio@evora.tr.mj.pt

PALÁCIO BARAHONA

Rua da República, n.º 141 a 143 * 7004-501 ÉVORA

autoras, na petição inicial, independentemente de sobre eles não ter sido produzida prova, hão-de considerar-se assentes, tal como, assim, foi entendido pelo Julgador *a quo*, aliás, por imposição legal, conforme decorre do disposto no artº 484º n.º 1 do CPC, que dá relevo ao silêncio do demandado atribuindo-lhe “confissão ficta (*ficta confessio*)” relativamente à realidade dos factos alegados pelo demandante.¹

Assim, independentemente dos factos trazidos pelas autores ao processo poderem não estar de acordo com a realidade, pelo menos na perspectiva da ré, são estes os factos, e não outros, que se hão-de ter como fundamentos de facto no que concerne à decisão.

Conhecendo da 1ª questão

A recorrente vem pôr em causa a legitimidade das autoras para a demandarem no âmbito da presente acção, alegando que não fizeram prova de que os artistas em causa (Bob Sinclair e Moloko) eram seus associados à data da passagem de música a que os factos respeitam (17/08/2007).

Conforme referimos supra em face da não contestação da ré não necessitavam as autoras de produzir prova, bastando a simples alegação factual.

No entanto para além da alegação factual constante nos artº 1º a 17º da petição, (designadamente artºs 7º, 8º, 9º, 10º, 13º, 14º, 15º) donde emerge a legitimidade em demandar com que se arrogam as autoras, também, fizeram juntar aos autos documentação, não impugnada atempadamente, com vista a demonstrar a prova dos factos.

¹ - v. LEBRE DE FREITAS in *Código Civil Anotado*, 2001, vol. 2º 266.



S. R.

Tribunal da Relação de Évora

Tel.: 266758800 – Fax: 266746853 – Mail: correio@evora.tr.mj.pt

PALÁCIO BARAHONA

Rua da República, n.º 141 a 143 * 7004-501 ÉVORA

17

Não se pode olvidar que legitimidade do demandante afere-se pelo interesse directo em demandar, exprimindo-se esse interesse pela utilidade derivada da procedência da acção, sendo considerados titulares do interesse relevante para efeito de legitimidade os sujeitos da relação material controvertida, tal como é configurada pelo autor - art.º 26º do Cód. Proc. Civil.

Assim, a legitimidade das autoras tem que ser apreciada e determinada pela utilidade derivada da procedência da acção que lhe possa advir face aos termos em que configuram o direito invocado, baseada na relação material controvertida tal como a apresentam, conforme decorre do preceituado no Cód. Proc. Civil vigente (alteração após o Dec. Lei 329-A/95) em o legislador expressou e consignou a sua posição sobre a *vexata quaestio* do estabelecimento do critério de determinação da legitimidade das partes, adoptando uma posição próxima da defendida por BARBOSA DE MAGALHÃES, em detrimento da posição perfilhada por ALBERTO DOS REIS.

Nestes termos, teremos de reconhecer, sem dúvidas, que em face dos factos articulados não poderia ter sido negada a legitimidade das demandantes no âmbito do presente processo, pelo que improcedem, nesta parte as conclusões do recurso.

Conhecendo da 2ª questão

A recorrente vem pôr em causa a decisão proferida pelo Tribunal *a quo* no que à aplicação do direito aos factos respeita, invocando tão só e apenas, outra realidade factual, “impugnando expressamente” nesta sede recursiva os factos que as autoras articularam e que foram dados como assentes, atenta a não contestação.



Tribunal da Relação de Évora

Tel.: 266758800 – Fax: 266746853 – Mail: correio@evora.tr.mj.pt

PALÁCIO BARAHONA

Rua da República, n.º 141 a 143 * 7004-501 ÉVORA

M

Tal impugnação factual em sede recursiva não é admissível, pois os recursos, no que concerne a matéria de direito, não poderão deixar de ter em conta o mesmo quadro factual em que se alicerçou a decisão recorrida, cabendo tão só, no âmbito estrito dos fundamentos do recurso, apreciar da adequada subsunção do direito a esses factos considerados como assentes, e não a outros que não foram provados, embora podendo, eventualmente, sê-lo.

Nesta perspectiva não podemos deixar de reiterar a posição de que muito embora a recorrente não se resigne ao facto de ter sido considerado provado que no seu estabelecimento [REDACTED] em Lagos, aberto ao público, no dia 17/08/2007 foi efectuada a execução pública de fonogramas de Bob Sinclair (*World Hold On*) e de Moloko (*Sing it Back*) sem que para o efeito possuísse a respectiva licença emitida pela entidade competente, tendo sido informada por carta de 14/08/2007 da necessidade de a obter, bem como de pagar os direitos conexos devidos pela utilização de música na actividade do mencionado estabelecimento, missiva esta à qual não deu resposta, tais factos, nos âmbito destes autos, não poderão deixar de ser uma realidade.

Invocando assim, tão só, a sua divergência no que concerne à realidade factual provada e não invocando qualquer divergência no que respeita à subsunção do direito aos factos que foram dados como efectivamente provados, até porque não invocou, qualquer norma legal, conforme impunha o artº 690º n.º 2, al. a) do CPC, que em seu entender, no que à alegada subsunção respeita, se tivesse por violada, não podemos deixar de concluir pela improcedência da apelação atenta à irrelevância dos fundamentos expressos nas respectivas conclusões.

**



S. R.

Tribunal da Relação de Évora

Tel.: 266758800 – Fax: 266746853 – Mail: correio@evora.tr.mj.pt

PALÁCIO BARAHONA

Rua da República, n.º 141 a 143 * 7004-501 ÉVORA

DECISÃO

Pelo exposto, decide-se julgar improcedente a apelação e, consequentemente, manter a sentença recorrida.

Não se vislumbra má fé da recorrente.

Custas pela recorrente.

Évora, 12 de Junho de 2008


Marta Ribeiro


Sílvia Teixeira de Sousa


Rui Machado e Moura